

MENSAGEM DE SEXA O GENERAL ANTÓNIO RAMALHO EANES AO II SEGUNDO CONGRESSO DA RESERVA VOLUNTÁRIO 2018

Celebra-se, hoje, com justa razão “civil” (civil, na acepção de Rafael Alvira, de tudo fazer para “salvaguardar ou reconstruir a sociedade”¹), o Dia Nacional do Corpo de Cadetes do Mar e do Exército e realiza-se, também, o II Congresso de Reservistas de Portugal.

Encómio merecem todos os que contribuíram para pôr de pé e fazer actuar, com denodo e ambição patriótica, estas tão importantes e oportunas organizações da sociedade civil. Organizações, estas, que visam, no essencial, o grande propósito simbiótico de recorrer aos cidadãos que da vida militar e, mesmo, da guerra tiveram vivência real, para, em mútua interacção pedagógica, recordarem a tradição conceptual e operacional, patriótica, das Forças Armadas, tradição que não pode ser outra que a de mera memória activa orientada para o presente e futuro.

Em minha opinião, pretendem, pois, estas organizações, autónomas, da sociedade civil, constituir uma comunidade de “memória activa”, de afecto, de reflexão e, portanto, de cultura patriótica, capaz de informar a sociedade civil (isto é, de “contar-lhe” o que são e como estão as suas Forças Armadas), de consciencializá-la ou, melhor, de reconsciencializá-la da sua “responsabilidade social” de exigir, ao poder político, que assuma, com clareza democrática, que Forças Armadas entende necessárias para o presente e futuro da Nação, e que, com clareza democrática também, e republicana, defina uma estratégia para que tal propósito-necessidade tenha ajustada e mobilizadora concretização.

O mérito e a virtude de tal reconsciencialização adquire evidência quando se recorda, com histórica “memória activa”, que “a participação no modo como se é governado não só acentua um sentido colectivo de responsabilidade pelas coisas que o governo faz, como mantém honestos os (...) governantes e previne o excesso autoritário”² e a corrupção.

Creio que estas organizações da sociedade civil – o Corpo de Cadetes do Mar e do Exército e a Liga dos Reservistas de Portugal – poderão, de certa forma, compensar a quebra do cordão umbilical que a circunscricção constituiu, e que, em directa permanência e pertinência, ligava as Forças Armadas ao povo. Quebrado esse vínculo, deixou o povo de ter da realidade das Forças Armadas uma oportuna, constante e veraz “informação”, que substituída foi por uma enganosa “comunicação”, através de desfiles comemorativos, de notícias da sua actuação, sobretudo em teatros de guerra internacionais (dado Portugal se ter mostrado um credibilizado fornecedor da defesa internacional). Situação, esta, que, como é referido no último número da *Revista Militar*: “algumas iniciativas soltas e residuais por parte do Instituto da Defesa Nacional (IDN) e dos próprios ramos das FFAA que, não estando inteiramente vocacionados,

¹ ALVIRA, Rafael – Lógica y sistemática de la sociedad civil. In. ALVIRA, Rafael et ali., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. Pamplona: EUNSA, 1999 (col. Filosófica, nº 144). p.75

² JUDT, Tony – *Um Tratado sobre os Nossos Actuais Descontentamentos*. Lisboa: Edições 70, 2012. p.132

nem preparados para o efeito, acabam por lhes dar (...) um efémero imediatismo mediático, sem impacto significativo junto da opinião pública”³. Creio bem que informação e consciência, portanto, não tem o povo da situação de exiguidade perversa, desmotivadora, verificada na ideologia formal das Forças Armadas (“hierarquia, disciplina e unidade”).

Situação, esta, preocupante, porque da realidade actual das Forças Armadas não tem informação nem consciência a sociedade civil.

A este propósito, inquietante é o que um ex-CEME, o General Pinto Ramalho, com a competência e o desassombro que lhe são reconhecidos, afirmou: “não há investimento mais absurdo do que aquele que mantém umas Forças Armadas obsoletas, sem capacidade para serem parceiro no contexto internacional e de duvidoso desempenho, relativamente às missões de soberania”⁴.

Poder-se-á dizer, com alguma razão, que foram as “circunstâncias históricas” que nos levaram a esta situação. Foram elas que levaram as Forças Armadas a perder a sua verdadeira configuração e expressão republicano-democrática, que a devolução da soberania ao seu titular originário, único e insubstituível – o povo –, após a Revolução Francesa, lhes proporcionou e que sublimou em instituição de sociabilização, de igualdade e mérito cidadão, em escola insubstituível de sentida e real unidade nacional.

Poder-se-á dizer, também, com algum acerto, que responsável por tal situação terá sido a sociedade nova, que combinando, ainda, a honra, a virtude e o interesse, o faz precariamente e quase nunca de modo verdadeiramente efectivo e permanente.

Acusar se pode, igualmente, tal situação, de ser consequência de um raciocínio económico convencional dominante (“cuja incapacidade de prever ou impedir o desmoronamento bancário”⁵ foi manifesta em 2008, ao não impedir o desmoronamento bancário), que descreve o comportamento humano em termos de “escolha racional”⁶. Somos todos, como a tal propósito afirma Tony Judt, “seres económicos”⁷. Procuramos o nosso interesse pessoal (definido como vantagens económicas maximizadas), com uma referência mínima a critérios como o altruísmo, a abnegação, o gosto, o hábito cultural e os propósitos colectivos. Ter-se-á, assim, perdido o equacionamento socialmente virtuoso do conjunto interactivo virtude-honra-interesse.

Muitas terão sido as razões que nos levaram a esta situação, que levaram a juventude a desertar dos ideais do Iluminismo de Rousseau, Voltaire e tantos outros. Deserção comprovada até por insuspeitos inquiridos – “Num inquérito de 1949 a estudantes ingleses, rapazes, descobriu-se que quanto mais inteligentes fossem, mais provável era que escolhessem uma carreira interessante com um salário razoável, em detrimento de um emprego que

³ BARRENTO, António Martins; GERALDES, João Carlos – Desafios da Estratégia Militar Nacional: Súmula das Intervenções e Debate. *Revista Militar*. (Fev./Mar. 2018) .136

⁴ RAMALHO, José Luiz Pinto – Desafios da Estratégia Militar Nacional: Nota de Abertura. *Revista Militar*. (Fev./Mar. 2018) .130

⁵ JUDT, Tony – *Um Tratado sobre os Nossos Actuais Descontentamentos*. p.47

⁶ JUDT, Tony – *Um Tratado sobre os Nossos Actuais Descontentamentos*. p.48

⁷ JUDT, Tony – *Um Tratado sobre os Nossos Actuais Descontentamentos*. p.48

apenas pagasse bem. Hoje, [os jovens, da escola à Universidade] (...) não conseguem imaginar muito mais que a procura de um trabalho lucrativo”⁸.

Apesar de tudo isto, ou por motivo de tudo isto, devemos – como fazeis vós, os Cadetes e os Reservistas – empenhar-nos, através, sobretudo, de associações e instituições autónomas da sociedade civil, em potenciar a responsabilidade social cidadã, numa dialógica relação de colaboração, com exigência e contestação, se necessário, para reclamar um maior empenho no respeito pela consecução do bem comum.

Se certo é, como dizia Unamuno, que o homem é ele próprio e a sua circunstância, certo é, também, como ele acrescentava, que “se não a salvo a ela, não me salvo a mim próprio”.

Creio bem que até os avanços científico-tecnológicos, a sua velocidade de afirmação e as suas consequências, até por sentida e real necessidade, farão com que voltem, à nossa “paisagem moral”⁹, “a humildade, a responsabilidade e a solidariedade”¹⁰; enfim, a capacidade colectiva dos povos em rectificar vias presentes e, no futuro, promover reformas deliberadas.

Agradeço, ao Corpo de Cadetes do Mar e do Exército e à Liga dos Reservistas de Portugal, a vossa preocupação e o vosso empenho na memorização activa do futuro das Instituições Militares. E reitero a minha inteira disponibilidade colaborativa.

António Ramalho Eanes

⁸ JUDT, Tony – *Um Tratado sobre os Nossos Actuais Descontentamentos*. p.51

⁹ FERRY, Luc – *La Révolution Transhumaniste. Comment la Technomédecine et l’Uberisation du Monde Vont Bouleverer Nos Vies*. Paris: Plon, 2016. p.112

¹⁰ FERRY, Luc – *La Révolution Transhumaniste*. p.112